

Industriais condenam est...

**PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO**

"A nova Constituição brasileira não pode sucumbir aos artificialismos que alguns pretendem infiltrar em seu texto. A Carta Magna de uma nação precisa, isto sim, refletir os propósitos autênticos de toda a sociedade, sem limitar a evolução do País através de dispositivos transitórios e irreais". A advertência foi feita ontem pelo presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs), Luiz Carlos Mandelli, durante a concentração da classe empresarial gaúcha em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, para protestar contra a estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, direito irrestrito de greve, punição ao trabalho noturno, férias pagas em dobro e proibição da intermediação da mão-de-obra.

Para a manifestação, denominada Movimento pela Liberdade Empresarial, foram distribuídos cinco mil convites às entidades de classe de todos os setores e houve a participação de empresários de 180 municípios do estado. O protesto, realizado durante churrasco no Parque de Exposições Assis Brasil, foi o primeiro movimento conjunto do empresariado gaúcho contra as propostas aprovadas pela comissão da Ordem Social, da Constituinte.

Mandelli salientou que as "normas impositivas e generalizadas" significam "retrocesso social e representam, sem sombra de dúvida, o agravamento dos problemas econômicos vividos hoje no Brasil". Ele lembrou que até o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, considerou que a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho são "pura demagogia", e frisou: "Somos obrigados, em nome do bom senso e de uma visão de futuro, a rechaçar essas propostas porque se transformariam numa armadilha para os empregados, em vez de beneficiá-los".

Esta posição também foi defendida em discursos de outros representantes de entidades de classe. O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, César Rogério Valente, entretanto, foi mais incisivo e advertiu que os deputados e senadores gaúchos que votarem a favor dessas propostas, "jamais voltarão a receber

apoio da classe empresarial do estado".

"Os deputados e os senadores não podem ter duas caras e jogar com dois pesos e duas medidas, fazendo um discurso quando estão junto a trabalhadores e outro quando se aproximam dos empresários. Os que votarem contra os interesses da classe empresarial devem ser riscados por ela da categoria de aliados em defesa dos negócios da livre iniciativa e do crescimento econômico. A democracia tem este preço e permite este tipo de cobrança. O que não se pode é continuar admitindo jogo duplo", enfatizou o empresário.

Para Valente, a estabilidade no emprego e a redução da semana de trabalho são "duas demagogias baratas que, se adotadas, virão em prejuízo dos trabalhadores, aumentando o desemprego e a rotatividade, gerando problemas que serão muito mais difíceis de equacionar depois. O Brasil precisa é que se trabalhe mais, e não menos".

"O Brasil tem de optar entre ser um país que quer reinventar a roda, partindo do triângulo, ou olhar o exemplo de outros países, porque ninguém venceu sem trabalhar", disse o empresário Paulo Vellinho, presidente do Grupo Springer. Jorge Gerdau, presidente do Grupo Gerdau, acrescentou que "só se consegue resolver as crises com mais trabalho e não com menos trabalho". Para Gerdau, a "estabilidade no emprego é uma solução fictícia e a redução da jornada de trabalho vai representar um encarecimento dos custos de produção".

Os empresários deverão recolher assinaturas — no mínimo 30 mil — para que sua proposta de emenda ao artigo 14 do capítulo II do anteprojeto da Constituição seja encaminhada ao plenário da Constituinte, e explicam que escolheram a estabilidade como objeto de proposta pois este é o tema que mais os preocupa. A proposta de emenda estabelece que a garantia do emprego não ocorrerá nos casos de contrato a termo; ocorrência de falta grave; prazos definidos em contratos de experiência; superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, e acrescenta a possibilidade de pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço.

A concentração foi até o final da noite e teve a participação de cerca de 5.200 empresários, muitos deles empunhando cartazes em defesa da livre iniciativa.

Richa admite ter pouco apoio

O senador José Richa (PMDB-PR) reconheceu ontem, em Brasília, que seria muito difícil conseguir o apoio de pelo menos 94 parlamentares para formalizar a proposta de suspender temporariamente os trabalhos da Constituinte. Em sua opinião, "a ideia só não foi mais examinada porque Ulysses Guimarães foi o primeiro a torpedeá-la". Mesmo assim, Richa

acredita que a sugestão já está dando resultados, com os políticos se reunindo para discutir a crise econômico-social. Sua única decepção foi provocada pelos comentários de que estaria sendo usado por setores militares. "Depois de tantos anos de militância política, ter de ouvir e ler estas coisas é muito duro", desabafou o senador paranaense.